



Mário Abrantes

Verão, sem despreocupação...

Frases e títulos que não merecem passar ao lado, mesmo em tempo de férias e de banhos:

1. “Subsídio de doença castiga os mais pobres” e “Alterações do IRS beneficiam os mais ricos” (vários jornais, agosto).

Injustiças flagrantes, abafadas pelo calor, que se vão cometendo sob guarda chuva do governo Montenegro/CDS/Direitas+...

2. “Falta de militares ameaça missões internacionais - Provas de acesso às FA portuguesas, metade falha. 5 000 vagas por preencher e muitos a sair...” (Jornal de Notícias, 26 de agosto)

Sem prejuízo da justiça que está em falha por melhores remunerações e condições das nossas FA, fica a pergunta: Mas afinal as nossas FA servem prioritariamente para irmos combater nas guerras que se travam lá fora e sob comando externo, ou não serão antes prioritariamente destinadas ao serviço à Pátria e à defesa do país e da independência nacional?

3. “Sobrecustos da Saúde nos Açores atingem os 50 a 74 milhões de euros” (Açoriano Oriental, 4 de agosto)

Afinal como é? Estamos realmente a falar de “sobrecustos” ou antes de subfinanciamento?

4. “Estamos a prestar um serviço ao povo. Onde há economia privada, deve prevalecer a economia privada. Vou acompanhar o processo e, a seu tempo, irei ponderar o que é razoável, sendo que NADA faremos contra a iniciativa privada e TUDO faremos para garantir um bom serviço às populações” (José Manuel Bolieiro, 10/11 de agosto).

Quem fala assim não é gago, mesmo sem se perceber o que é falado. O presidente do governo regional PSD/CDS/PPM/Direitas+ referia-se à decisão precipitada de libertar o grupo SATA das suas lojas de atendi-

mento (para facilitar o apetite dos privados pela SATA Internacional), assegurando, em contrapartida, o sobrecarrego das lojas públicas da RIAC e, como tal, o sobrecarrego do erário público e da sobre-exploração dos trabalhadores dessas lojas à custa de um pior serviço prestado às populações por uma empresa PÚBLICA estratégica para os Açores. Para TUDO se fazer pela iniciativa privada, NUNCA se poderá garantir, pelo menos absolutamente, um bom serviço às populações, sobretudo se estamos a falar de serviços públicos essenciais, não será assim, sr. Presidente?

5. “Temo pela liberdade de quem reza, porque quem reza de verdade sempre reza por todos. Não se comete o mal porque se reza.” Papa Francisco critica a Ucrânia por banir a Igreja Ortodoxa Russa do seu território” (domingo, 25 de agosto)

Começou pela proibição e perseguição dos comunistas, em 2015, pouco tempo depois do golpe do chamado EuroMaidan que depois pela força, em 2014, um presidente eleito democraticamente. Passou depois, em março de 2022, pela suspensão, seguida da proibição, em junho do mesmo ano, de outros 11 partidos políticos (todos de esquerda, uns pró-russos e outros nem isso), muitos com representação marcante no parlamento, onde se incluía o Partido Socialista da Ucrânia. Chegou agora a vez de muitos cristãos. Foi banida no passado dia 20 de agosto, no território da Ucrânia, uma igreja com tradições seculares e cerca de 9 mil paróquias, abrangendo mais de 30% da população ucraniana, a Igreja Ortodoxa Russa. Perante tudo isto, não é possível deixar de relembrar o famoso poema de Berthold Brecht que começava assim

(segundo uma das suas versões mais conhecida): “Primeiro vieram buscar os comunistas...”

Ponta Delgada no top 3 do Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas

De 308 municípios existentes em Portugal, Ponta Delgada conquistou o 3.º lugar no Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas (IPIC).

O ranking, que tem por base a avaliação da presença online das autarquias, considera 36 indicadores, distribuídos por 4 critérios principais: “Conteúdos: Tipo e Atualização”; “Acessibilidade, Navegabilidade e Facilidade de Utilização”; “Serviços Online” e “Participação”.

De acordo com o IPIC, as páginas web foram avaliadas de acordo com esses parâmetros, sendo depois, atribuída uma pontuação entre 0 e 1 que permitiu gerar o ranking global.

Este estudo é referente aos dados de 2023, tendo sido conduzido pela Universidade do Minho, com o contributo da Agência para a Modernização Administrativa e da Universidade das Nações Unidas – Unidade Operacional em Governação Electrónica.

Segundo o relatório publicado, o critério “Participação” foi onde a autarquia de Ponta Delgada mais se destacou por disponibilizar aos cidadãos “formas de interacção e envolvimento”.

Este quadro de avaliação analisa in-



dicadores como a existência de canais que “permitam a comunicação entre o cidadão e a Câmara”, a presença de “espaços de discussão e auscultação de opinião” e “canais de elogios, sugestões, reclamações e denúncias”. Questões ligadas à transparência e redes sociais também são contabilizadas.

A apresentação dos resultados foi

realizada em Guimarães, tendo sido atribuído o 1.º lugar à Câmara Municipal de Murça, no distrito de Vila Real, e o 2.º lugar à Câmara Municipal de Porto de Mós em Leiria.

Este levantamento é realizado de dois em dois anos e, segundo o IPIC, aponta e explora “a necessidade de as autarquias portuguesas melhorarem a

oferta de serviços online, promoverem uma acessibilidade inclusiva e desenvolverem ferramentas e iniciativas que fomentem a participação electrónica e o envolvimento do cidadão”.

Em 2021, Ponta Delgada posicionava-se no 30.º lugar do ranking, tendo subido 27 posições em comparação com 2023.